

Manifesto da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera contra o PL 2.159/2021.

Pelo direito ao meio ambiente equilibrado e à governança ambiental responsável.

A **Rede Brasileira de Reservas da Biosfera - RBRB**, composta por territórios reconhecidos pela **UNESCO** no âmbito do Programa "O Homem e a Biosfera" (MaB), vem a público manifestar profunda **preocupação e repúdio à aprovação do Projeto de Lei 2.159/2021** pelo Congresso Nacional, que representa um **grave retrocesso na política ambiental brasileira**.

O projeto, apelidado por especialistas e organizações da sociedade civil como **"PL da Devastação"**, fragiliza o instrumento do **licenciamento ambiental**, essencial para prevenir, mitigar e compensar impactos causados por empreendimentos públicos e privados.

Riscos concretos

O texto aprovado:

- **Dispensa de licenciamento** atividades com significativo potencial de impacto ambiental, inclusive em áreas protegidas;
- Cria instrumentos como a **Licença por Adesão e Compromisso (LAC)**, que **elimina a análise técnica prévia**, entregando o controle ambiental à autodeclaração de empreendedores;
- **Politiza o licenciamento**, ao permitir que o Conselho de Governo imponha autorizações especiais mesmo diante de pareceres contrários;
- Viola o princípio da **não-regressão ambiental** e compromissos assumidos pelo Brasil em tratados internacionais, como o Acordo de Paris e a Convenção da Diversidade Biológica.

Impactos às Reservas da Biosfera

As Reservas da Biosfera são reconhecidas internacionalmente como **modelos de governança sustentável**, onde se busca conciliar conservação da biodiversidade, respeito aos saberes tradicionais e desenvolvimento socioeconômico. O PL 2159/2021 ameaça diretamente esse equilíbrio, ao:

- **Fragilizar o controle social** e o papel dos conselhos gestores;
- **Aumentar os riscos de degradação** nas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;
- **Ignorar a vocação participativa e científica** que sustenta a legitimidade dessas reservas.



Chamado ao veto

Diante disso, a RBRB se soma a diversas entidades científicas, ambientais e da sociedade civil para **reivindicar ao Presidente da República o veto integral** ao PL 2159/2021, especialmente nos artigos que:

- Dispensem licenciamento;
- Substituam análise técnica por adesão simplificada;
- Permitam o licenciamento político acima de critérios científicos.

Pelo futuro das próximas gerações

Não é possível construir um país justo e sustentável sem uma legislação ambiental robusta e participativa. O enfraquecimento do licenciamento não acelera o progresso — acelera a destruição, os conflitos e a insegurança jurídica.

A RBRB reafirma seu compromisso com a **defesa do meio ambiente como direito fundamental**, com a **ciência como base da política pública**, e com a **solidariedade intergeracional** como princípio ético da governança territorial.

Rede Brasileira de Reservas da Biosfera

Julho de 2025

